



# Diálogos

ISSN 2177-2940



## O sistema migratório haitiano nas guianas: para além das fronteiras

<https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i2.54154>

Handerson Joseph

<https://orcid.org/0000-0002-8634-9435>

Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: phandersonj\_82@yahoo.es

### O sistema migratório haitiano nas guianas: para além das fronteiras

**Resumo:** As Guianas constituem um importante campo no sistema migratório caribenho, pelo qual circulam mercadorias, objetos, moedas e populações por razões diversas: proximidade geográfica, cultural, fatores climáticos, geopolíticos e socioeconômicos. A partir das décadas de 1960 e 1970, a migração haitiana ganhou densidade nas Guianas. Cinco décadas mais tarde, após o terremoto de janeiro de 2010, os espaços migratórios intensificaram-se na região, o Brasil tendo se tornado parte deles, como um país de residência e de passagem para se alcançar a Guiana Francesa e o Suriname. Em 2013, houve mudanças nas rotas. Alguns migrantes passaram a utilizar a República da Guiana para ingressar ao Brasil pela fronteira com Roraima, na Amazônia, ou para atravessar a fronteira em direção ao Suriname e à Guiana Francesa. Este artigo articula-se em dois níveis. Em primeiro lugar, descreve o modo pelo qual as práticas e as trajetórias dos migrantes entrecruzam as fronteiras nacionais nas Guianas. Em seguida, analisa o sistema migratório, os documentos e papéis, e as problemáticas que as diferentes gerações migratórias haitianas suscitam no espaço e no tempo. A pesquisa etnográfica articula-se a partir da Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, mas desenvolve-se também no Suriname, na Guiana Francesa e no Haiti.

**Palavras-chave:** Migração haitiana; Sistema migratório; Suriname; Guiana Francesa; Brasil; Fronteiras.

### The haitian migratory system in the guianas: beyond borders

**Abstract:** The Guianas are an important field in the Caribbean migratory system, whereby goods, objects, currencies, and populations circulate for different reasons: geographical, cultural proximity, climatic, geopolitical and socioeconomic factors. From the 1960s and 1970s, Haitian migration increased in the Guianas. Five decades later, after the January 2010 earthquake, the migratory spaces were intensified in the region, Brazil became part of them as a country of residence and transit to reach French Guiana and Suriname. In 2013, the routes were altered. Some migrants started to use the Republic of Guyana to enter Brazil through the border with Roraima, in the Amazon, or to cross the border towards Suriname and French Guiana. This article is divided into two levels. First, it describes the way in which migrants' practices and trajectories intersect national borders in the Guianas. Then, it analyzes the migratory system, documents and papers, and the problems that the different Haitian migratory generations raise in space and time. The ethnographic research is based on the Triple Border Brazil, Colombia and Peru, but also in Suriname, French Guiana and Haiti.

**Key words:** Haitian migration; Migration system; Suriname; French Guiana; Brazil; Borders.

### El sistema migratorio haitiano en las guyanas: más allá de las fronteras

**Resumen:** Las Guyanas constituyen un campo importante en el sistema migratorio del Caribe, a través del cual, circulan mercancías, objetos, monedas y poblaciones por diferentes razones: proximidad geográfica, cultural, factores climáticos, geopolíticos y socioeconómicos. A partir de las décadas de 1960 y 1970, la migración haitiana ganó consistencia en las Guyanas. Cinco décadas más tarde, después del terremoto de enero de 2010, aumentó en la región, convirtiéndose Brasil parte de ella, como país de residencia y tránsito para llegar a la Guyana Francesa y Surinam. En 2013, hubo cambios en las rutas. Algunos migrantes comenzaron a utilizar la República de Guyana para ingresar a Brasil a través de la frontera con Roraima, en el Amazonas, o para cruzar la frontera hacia Surinam y la Guyana Francesa. Este artículo está dividido en dos niveles. El primero, describe la forma en que las prácticas y trayectorias de los migrantes entrelazan las fronteras nacionales en Guyana. El segundo analiza el sistema migratorio, los documentos y papeles, y los problemas que las diferentes generaciones migratorias haitianas plantean en el espacio y el tiempo. La investigación etnográfica se articula desde la Triple Frontera Brasil, Colombia y Perú, pero también se desarrolla en Surinam, Guyana Francesa y Haití.

**Palabras clave:** Migración haitiana; Sistema migratorio; Surinam; Guyana Francesa; Brasil; Fronteras.

Recebido em: 06/06/2020

Aprovado em: 22/07/2020

Em 1963, chegaram os primeiros haitianos nas Guianas, notadamente na Guiana Francesa com Blan Lily – como era apelidado o francês Lucien Ganot, dono de uma usina no Vilarejo de Pernerle no sul do Haiti – para trabalhar nas plantações de bananas.<sup>1</sup> Tal acontecimento explicaria a razão da forte presença de haitianos originários do sul e sudeste do país nesta região. Nessa mesma década, alguns migrantes já instalados na Martinica e em Guadalupe dirigiram-se ao Suriname para trabalhar nas indústrias de plantações de banana. Posteriormente, o país tornou-se um lugar de trânsito para se alcançar a Guiana Francesa (LAËTHIER, 2011b e 2014; JOSEPH, 2015a)

No entanto, já no final do século XIX e início do XX, foram constituídas as primeiras pedras angulares do sistema migratório haitiano no Caribe, particularmente em países como Cuba e República Dominicana. Os migrantes haitianos ocuparam um lugar crucial na economia da *plantation* no período durante o qual as forças armadas americanas ocuparam os três países caribenhos, Cuba (1906-1908), República Dominicana (1912-1924) e Haiti (1915-1934). O crescimento das indústrias americanas de cana-de-açúcar produziu certa escassez de mão de obra para o trabalho nas plantações de ambas as ilhas, tal lacuna tendo sido preenchida, em larga medida, pelos camponeses haitianos enquadrados em políticas específicas e temporárias: “de 30.000 a 40.000 haitianos, chamados *braceros* (trabalhadores braçais), migravam temporariamente todos os anos para Cuba, entre 1913 e 1931” (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009, p. 36). Em 1928, uma lei proibiu oficialmente a entrada de haitianos para trabalhar nas plantações, mas até 1961 eles continuaram chegando à província do Oriente, em Cuba, para plantar café. Em 1944, esta população foi estimada em mais de 80 mil pessoas, a maioria sendo originária do sul do país. Na República Dominicana, “os censos afirmam um total de 28.258 haitianos em 1920 contra 52.657 em 1935” (idem, p. 37). Como mostra Regine Jackson:

As intervenções americanas ajudaram a criar uma economia de mercado fortemente dependente da América do Norte e dos imigrantes haitianos como sobreviventes de uma força de trabalho. Assim, mesmo no período pós-colonial, os estados nominalmente soberanos da região do Caribe, que nunca foram formalmente colonizados pelos Estados Unidos encontram-se em relações de dependência, sujeitos a graus variados de controle e influência americana (2011, p. 7).<sup>2</sup>

Na segunda metade do século XX, houve grandes mudanças socioeconômicas e configurações sócio-demográficas que contribuíram para a evolução da dinâmica das redes migratórias dentro e além do Caribe. A partir da década de 1960, sob a ditadura de François Duvalier (1957-1971), a emigração haitiana reconfigurou-se em termos de amplitude, composição e

<sup>1</sup> Agradeço o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

<sup>2</sup> Todas as traduções em língua estrangeira são de minha autoria.

orientação dos fluxos de pessoas oriundas de diferentes camadas sociais, gerações e regiões (AUDEBERT, 2012). Nas décadas de 1960 e 1970, muitas pessoas originárias do meio rural começaram a se instalar nas ilhas caribenhas e nas Guianas, convertidas em espaços migratórios haitianos.

Essas dinâmicas migratórias histórico-estruturais são constitutivas das sociedades caribenhas e das Guianas, e fazem parte do horizonte de seus habitantes espalhados pelo mundo, que perfazem um total de 1,8% da população de migrantes internacionais, estimados a 272 milhões, em 2019, segundo os dados oficiais do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA)<sup>3</sup>.

Entretanto, os dados do meu trabalho de campo demonstram que, a partir de 2010, após o terremoto, teve início “um quarto grande fluxo da mobilidade internacional haitiana” (JOSEPH, 2015a e 2017a) em direção ao Equador (estima-se em 40 mil o número de haitianos residindo atualmente neste país), ao Peru (10 mil), à Argentina (7 mil), à República da Guiana (8 mil), ao Suriname (15 mil), à Guiana Francesa (40 mil), e sobretudo, ao Chile (180 mil) e ao Brasil (160 mil).<sup>4</sup> Diante dos diversos tipos de insegurança – pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico – todos eles decorrentes do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou em relevância e volume, fazendo surgir novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional.

Os trabalhos de Cédric Audebert (2008, 2012) e Maud Laëthier (2011a, 2011b e 2015) privilegiam experiências múltiplas e/ou sucessivas de mobilidade que interconectam diferentes espaços migratórios haitianos, respectivamente no Caribe e nas Guianas, a partir das abordagens conceituais de campo migratório (SIMON, 1981) e de territórios circulatórios (TARRIUS, 2000). Esses dois conceitos permitem observar o conjunto dos espaços percorridos pelas pessoas para além das fronteiras nacionais. Tais espaços compreendem o conjunto dos lugares de vida dos haitianos, não como uma sucessão de espaços com fronteiras delimitadas, mas como uma pluralidade de campos, ao mesmo tempo autônomos e articulados, nos quais os papéis aparecem de maneira mais eficaz na dinâmica migratória.

<sup>3</sup> Ver, <https://news.un.org/fr/story/2019/09/1051802>. Acessado em: 14 de maio de 2020.

<sup>4</sup>Os dados do Equador foram obtidos através da Direção Nacional de Migração; os do Peru, através da Superintendência Nacional de Migrações; os da Argentina, por meio da Direção Nacional de Migrações; os da República da Guiana, através do Ministério da Cidadania e Imigração; os do Suriname, através do Ministério de Justiça e Polícia; os da Guiana Francesa, através da Embaixada do Haiti em Caiena; os do Chile, por intermédio do Departamento Estrangeiro e Migrações; os do Brasil, através do Ministério de Justiça e Segurança Pública. Eles devem, contudo, ser problematizados, uma vez que é quase impossível mensurar um mundo em movimento e que, em boa medida, transita por caminhos irregulares.

A noção de campo migratório é útil para compreender o espaço de mobilidade internacional desenhado por meus interlocutores. Gildas Simon o define como:

O conjunto do espaço percorrido, praticado pelos migrantes. A noção de campo refere a um espaço específico, estruturado por fluxos importantes, significativos, aplicados no âmbito internacional. Ela compreende, ao mesmo tempo, o país de partida e o de chegada (1981, p. 85).

Ao definir essa noção, Simon propõe uma abordagem analítica, demonstrando insatisfação com aquela dos estudos migratórios clássicos, cuja ênfase recaía sobre a emigração ou a imigração. “Esse movimento unilateral, fragmentado, obviamente bloqueia uma análise global de um campo migratório” (idem, p. 86). Para Simon, os conceitos “fluxos migratórios” ou de “populações migrantes” utilizados nesses estudos clássicos não dão conta das relações complexas dos sujeitos com o espaço praticado e vivido nos percursos migratórios, ou seja, o fato de que a complexidade dos itinerários migratórios varia ao longo dos próprios trajetos.

Foi a partir da ideia de campo migratório que Simon (1995) formula a noção de sistema migratório, congregando diferentes campos numa vasta escala que abrange três sistemas: “norte-americano”, “europeu” e “Ásia-Pacífico”, centralizados respectivamente nos países de migrações industrializadas como “Estados Unidos/Canadá”, “Comunidade Europeia/AELE” e “Japão/Austrália”, incluindo um “complexo migratório mediterrâneo e Médio oriental”. Yann Moulrier Boutang e Demetrios Papademetriou definem, por sua vez, a noção de sistema migratório como:

A combinação particular de tipos de fluxo de população entre os países de saída e países de chegada (fenômeno que pode se estender por várias gerações) com as regras que regulamentam esses fluxos e com as respostas institucionais das agências envolvidas na sua continuação ou extinção (OCDE, 1993, p. 3).

No contexto haitiano, diversos recursos espaciais são acionados e negociados para constituir o sistema migratório. Tanto os lugares de chegadas quanto os de partida são múltiplos e diversos, o que caracteriza a noção de “multipolaridade da migração”, tal como formulada por Emmanuel Ma Mung (1992), com base em seus trabalhos com os chineses na França. Através dessa multipolaridade, constitui-se a “interpolaridade das relações”. Como explicado por Ma Mung (idem, p. 187), “essas relações físicas (migração de pessoas), financeiras, comerciais, industriais se desenham e se apoiam sobre as redes de solidariedade familiares e comunitárias, de interesses econômicos e frequentemente políticos convergentes”.

É oportuno entender esse sistema migratório haitiano no contexto da noção de territórios circulatorios cunhada por Alain Tarrius. Itinerários e circuitos são cada vez mais complexos e mundializados e, a partir deles surgem novas rotas imprevisíveis e inéditas como é o caso do Brasil – no universo da mobilidade haitiana. Segundo o autor, “os territórios circulatorios compreendem as redes definidas pelas mobilidades de populações que possuem o seu status de saber-circular” (TARRIUS, 2000, p. 125). Tarrius explica que “a noção de território circulatorio constata a socialização de espaços que, como se refere, seguem as lógicas de mobilidades” (idem, p. 125).

Este artigo articula-se em dois níveis: o primeiro descreve o modo pelo qual as práticas e as trajetórias dos migrantes entrecruzam as fronteiras nacionais nas Guianas; o segundo analisa o sistema migratório, os documentos e os papéis, e as problemáticas que as diferentes gerações migratórias haitianas suscitam no espaço e no tempo. Temporalmente, analiso dois horizontes distintos, mas que participam do mesmo mundo social migratório: 1) o dos haitianos que transitaram e chegaram ao Suriname e à Guiana Francesa a partir das décadas de 1960 e 1970 e; 2) o dos haitianos que transitaram e chegaram ao Brasil, ao Suriname e à Guiana Francesa a partir de 2010. Além desses espaços, também mostro como, recentemente, a República da Guiana, passou a ter um papel central, notadamente, de trânsito no sistema migratório haitiano nas Guianas.

O trabalho etnográfico se concentrou, numa primeira etapa, na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru de 2010 a 2013, e em Manaus, entre janeiro e março de 2012; numa segunda, no Suriname (Paramaribo) e na Guiana Francesa (Saint-Laurent-du-Maroni e Cayenne), de março a maio de 2013; e numa terceira, no Haiti (Fonds-des-Nègres e Pernerle), em julho desse mesmo ano. Como a pesquisa de campo foi realizada nesses locais, os dados coletados podem ser analisados com mais profundidade do que na República da Guiana, onde não fiz trabalho etnográfico. Os dados relativos a este último país foram reunidos a partir das narrativas dos migrantes haitianos entrevistados no Suriname e na Guiana Francesa e de materiais analisados.

### **As primeiras gerações haitianas na Guiana Francesa**

As primeiras famílias haitianas a chegar na Guiana, em 1963 e 1965, respectivamente, viajaram de barco com blan Lili, como era chamado pelos haitianos o francês Lucien Ganot. Tornara-se proprietário de uma usina de óleos essenciais (chamada de sociedade do blan Lili ou sociedade Ganot) no sul do Haiti no vilarejo Pernerle, a aproximadamente três quilômetros de Fonds-des-Nègres. Nas décadas de 1950 e 1960, nela trabalhavam em torno de 100 pessoas, cultivando laranjas e *vetiver*, planta cujo óleo essencial era exportado para a Europa, sendo utilizado na fabricação de perfumes e em motores de avião.

Sob a ditadura do François Duvalier (nascido em abril de 1907 – falecido em abril de 1971), apelidado Papa Doc, blan Lili recebeu um documento autorizando a viagem com o grupo. Um ano antes da primeira viagem, em 1962, blan Lili foi à Paris, em busca de uma autorização para levar os haitianos à Guiana Francesa. Nesta viagem, foi acompanhado por Augustin, haitiano, seu braço direito, que posteriormente se tornaria marinheiro no barco que rumaria para a Guiana Francesa, juntamente com o capitão da embarcação, Goullier, um martinicano.

Augustin, nascido em 1926 na Comuna de Aquin, no sul do Haiti, era empregado de blan Lili na usina em Pernerle. Na época, quando o entrevistei, ele completara 50 anos vividos na Guiana Francesa e morava no bairro Cogneau Lamirande. Como um dos posseiros mais antigos da localidade, vendia lotes de terra para outros compatriotas construírem suas casas. Assim, uma genealogia é possível, tecendo-se uma narrativa ao mesmo tempo mítica e real da gênese da migração haitiana na Guiana Francesa. Essa narrativa revela a super-representação e permite entender o porquê de os haitianos no Departamento ultramarino serem, em sua maioria, oriundos do sul do país.

O ano de 1963 representa a chegada dos primeiros haitianos à Guiana Francesa após blan Lili ter comprado um barco em Miami, batizado de *La Croix du Sud* (A Cruz do Sul),<sup>5</sup> para levar um grupo de aproximadamente doze haitianos à Guiana Francesa, com o objetivo de abrir uma usina de exploração agrícola em Cayenne. Esta viagem inscreve-se no passado da emigração haitiana duas décadas após o processo de descolonização da Guiana Francesa, que se tornou Departamento ultramarino da França em 1º de janeiro de 1947. A partir desse momento, o Governo local passou a investir em um modo de produção baseado na agricultura, particularmente na plantação de banana como uma das melhores escolhas técnicas e comerciais, do ponto de vista da governança (PIANTONI, 2009).

Em 1964, blan Lili voltou com a maioria do grupo para o Haiti, alguns meses após a passagem do furacão Flora, que ocasionou milhares de mortos no país, no Caribe e em Miami. Um ano mais tarde (1965), realizou outra viagem com um grupo de aproximadamente 56 haitianos, numa embarcação de 57 metros.<sup>6</sup> Desta vez, o barco partiu da cidade de Miragoâne, passando pela Comuna de Aquin para buscar os passageiros de Fonds-des-Nègres e Pernerle. Em alto mar, a embarcação apresentou um problema. Regressaram ao Haiti para concertá-lo e depois seguiram a

<sup>5</sup> Em 1967, os haitianos realizaram apresentações no carnaval de Cayenne com o tema *La Croix du Sud*, o nome do primeiro barco a chegar com migrantes desta nacionalidade no país. Obtiveram o segundo lugar na competição.

<sup>6</sup> De acordo com os meus interlocutores, blan Lili morreu no Haiti na década de 1980, de um acidente ocorrido em sua usina em Pernerle: uma panela que fervia o *vetiver* caiu em cima do seu pé; foi atendido no hospital, mas depois de um tempo hospitalizado, ele veio a falecer.

viagem, de aproximadamente 22 dias, com escalas em várias ilhas do Caribe como Monserrate, Dominica e Martinica, para abastecer o barco com gasolina e mantimentos.

Quando chegaram à Cayenne foram recebidos pelas autoridades do Conselho Geral (sob o Governo francês de Charles de Gaulle) da Guiana Francesa e pela população local. Na época, receberam um visto permanente, sem prazo de vencimento. Nos primeiros meses, os recém-chegados moravam e trabalhavam em Galion, na Comuna de Matoury – onde se situa atualmente o aeroporto Rochambeau – na plantação de cana-de-açúcar para a fabricação do rum e na empresa *Pidègue*, dedicada à pescaria e exportação de frutos do mar (peixes e camarão) para a Europa.

A família do senhor Constant era uma das interlocutoras privilegiadas da pesquisa. Entrevistei-o, juntamente com o filho e a filha com quem realizou a viagem de barco, e outra filha que chegou posteriormente à Guiana Francesa. Esta última era afilhada de Eveline Ganot, irmã de blan Lili. Ali encontrei Constant, nascido em outubro de 1923 em Port-au-Prince – quando realizei a entrevista, ele havia completado 90 anos, dos quais 48 passados na Guiana Francesa. Ele era adventista desde o Haiti e estudara até o primeiro ano do ensino médio no Lycée Petion, em Port-au-Prince. Pedreiro, trabalhara na construção da usina e da casa de blan Lili, em Pernerle.

Na década de 1960, para enviar dinheiro à esposa, que havia ficado no Haiti com os filhos, o senhor Constant esperava pela ida de um barco ou de um conhecido. Constant foi convidado por blan Lili a realizar a viagem em 1965. Na época, ele tinha dez filhos com sua primeira esposa, com quem casara aos 23 anos no Haiti: cinco homens e cinco mulheres. Para a viagem, ele levou os dois filhos mais velhos, Bruno e Joceline. A esposa ficou no Haiti com os outros oito. Bruno tinha 15 anos quando chegou à Cayenne. Ficou por lá alguns anos, indo em seguida para Saint-Laurent-du-Marroni onde morava até o período da pesquisa. Conheci Bruno nessa cidade, quando voltava do trabalho de campo em Paramaribo.

As trajetórias da família Constant permitem observar a relação intrínseca entre migração e família. Como destacado por Massey, Alarcón, Durand e González (1987), a migração origina um processo construído a partir das experiências individuais, que contribui, por sua vez, para reproduzir as condições de movimento para os futuros viajantes. A dinâmica coletiva da mobilidade merece atenção. Diferentes estratégias são utilizadas por algumas famílias para decidir quem viaja, e a ordem dos candidatos à viagem. Não se trata de um processo mecânico ou unidimensional. Uma variedade de questões é levada em consideração pelos envolvidos na preparação e no financiamento da viagem.

Nesse sentido, concordo com Karen Richman, ao afirmar que:

A estratégia de longo prazo de uma família visando à sua segurança coletiva diferencia aqueles que irão migrar daqueles que irão permanecer [...] De um filho ou filha visto como generoso e obediente pode-se esperar que fique para trás, mesmo que essas qualidades pareçam definir o migrante ideal. Outro filho percebido como mais incerto, pode ser aquele no qual se invista para partida. Depois que os migrantes começam a construir sua “garantia” em casa, eles necessitam de outros que estejam dispostos a permanecer (no Haiti) para manter seus investimentos e cuidar das crianças que ficaram para trás, até que elas possam migrar também (RICHMAN, 2005, p. 71-72).

A relação entre as pessoas que partem e as que ficam é entretida permanentemente em movimento, especialmente aquelas entre os maridos, pais e tios que viajam e as mulheres, os filhos e sobrinhos que ficam. A mobilidade molda as relações entre aqueles que saem e aqueles que permanecem.

### Os recém-chegados haitianos na Guiana Francesa

Desde a década de 2000, a população migrante na Guiana Francesa representava aproximadamente 37% da população total. Dentre os migrantes, os haitianos eram estimados em 30,4%; os surinameses 25,4%; os brasileiros 23,2%; e mais 106 outras nacionalidades.<sup>7</sup> Na Guiana Francesa, observei que antes de 2010, os haitianos passavam pelo Suriname para chegar à Cayenne. Segundo os meus interlocutores, em 2009, o Governo francês, sob o comando do Presidente Nicolas Sarkozy (mandato 2007-2012) solicitou ao Suriname diminuir os vistos concedidos aos haitianos para controlar sua entrada na Guiana Francesa. A partir do momento em que se “fechou o Suriname” (*Sirinam fêmen*) – expressão utilizada pelos haitianos –, outras redes, rotas e circuitos se “abriram” para chegar ao Departamento francês. Nesse contexto, deve-se situar a chegada, em janeiro de 2010, de centenas de haitianos à Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru (JOSEPH, 2015a).

Em Cayenne, Gregoire, meu interlocutor, que também passara por Tabatinga, na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, em 2010, para chegar à Guiana Francesa, levou-me a Cogneau Lamirande, apelidado *ti Ayiti* (pequeno Haiti). Ali me apresentou a Pastor, que havia conhecido em Tabatinga e que se alojara na casa de Gregoire quando recém-chegado à Guiana Francesa, cuja trajetória lançará luz sobre muitas questões.

Nascido em abril de 1986, em Croix-des-Bouquets, Pastor é o quinto filho de um casal com 16 filhos, 12 deles falecidos durante a infância. Pastor tem uma relação afetiva muito forte com a

<sup>7</sup> A população migrante é a soma dos estrangeiros nascidos no exterior e daqueles que adquiriram a nacionalidade francesa. Entre 1982 a 1999, os habitantes da Guiana Francesa aumentaram significativamente. Os dados do INSEE registraram uma variação de 115,4 %, passando de 73.022 a 157.274 habitantes numa superfície de 84.000 km<sup>2</sup>. Somente na Capital, Cayenne, vivem 54% da população que, como a haitiana, é predominantemente jovem: 43,28% têm menos de 20 anos (PIANTONI, 2009 e 2011).

mãe desde a juventude, quando a ajudou em seu comércio, preparando e vendendo comida em Croix-des-Bouquets. Quando o pai faleceu, em julho de 1992, Pastor, então, com sete anos, foi enviado para o internato (gratuito) do colégio dos Padres da congregação religiosa católica dos Salesianos, em Port-au-Prince.

Depois do terremoto, ouviu falar de uma viagem para a Guiana Francesa. Sem recurso financeiro, os fiéis da sua Igreja juntaram dinheiro e pagaram um *raketè* de US\$ 4.000 pela viagem.<sup>8</sup> Em junho de 2010, de Port-au-Prince, foi ao Equador, onde encontrou com um tio com quem seguiu o trajeto, passando pelo Peru até chegar à Tabatinga. Nesta cidade, com a permissão do Padre Gonzalo, que coordenava a Pastoral da Mobilidade Humana local, Pastor realizava cultos evangélicos para os haitianos no salão da Igreja Divino Espírito Santo, diante da grande quantidade de fiéis entre os haitianos chegados ao local.

Para Pastor, destacava-se a generosidade da população de Tabatinga. Tal atitude era fundamental para se mantivesse ali até o recebimento do protocolo (o documento legalizador da situação do estrangeiro no Brasil), somente após três meses de estadia. Em seguida, foi de barco para Manaus, onde trabalhou como metalúrgico. Após juntar dinheiro suficiente nessa cidade, comprou uma passagem de barco para Santarém. De lá rumou para Macapá, seguiu de ônibus até o Oiapoque e de balsa até chegar, em setembro de 2010, a Cayenne. Na Guiana Francesa não tinha familiares. Hospedou-se na casa de Gregoire, que havia conhecido em Tabatinga.

Em Cayenne, começou a trabalhar no setor metalúrgico junto com outro compatriota. Com o dinheiro do primeiro mês, comprou as próprias ferramentas para trabalhar como autônomo. Com o tempo, começou a ganhar mais, alugou uma casa por 500 euros, com outros 100, pagava a eletricidade. Quando chegavam outros haitianos sem lugar para se hospedar, ele os acomodava em casa, retribuindo a generosidade recebida.

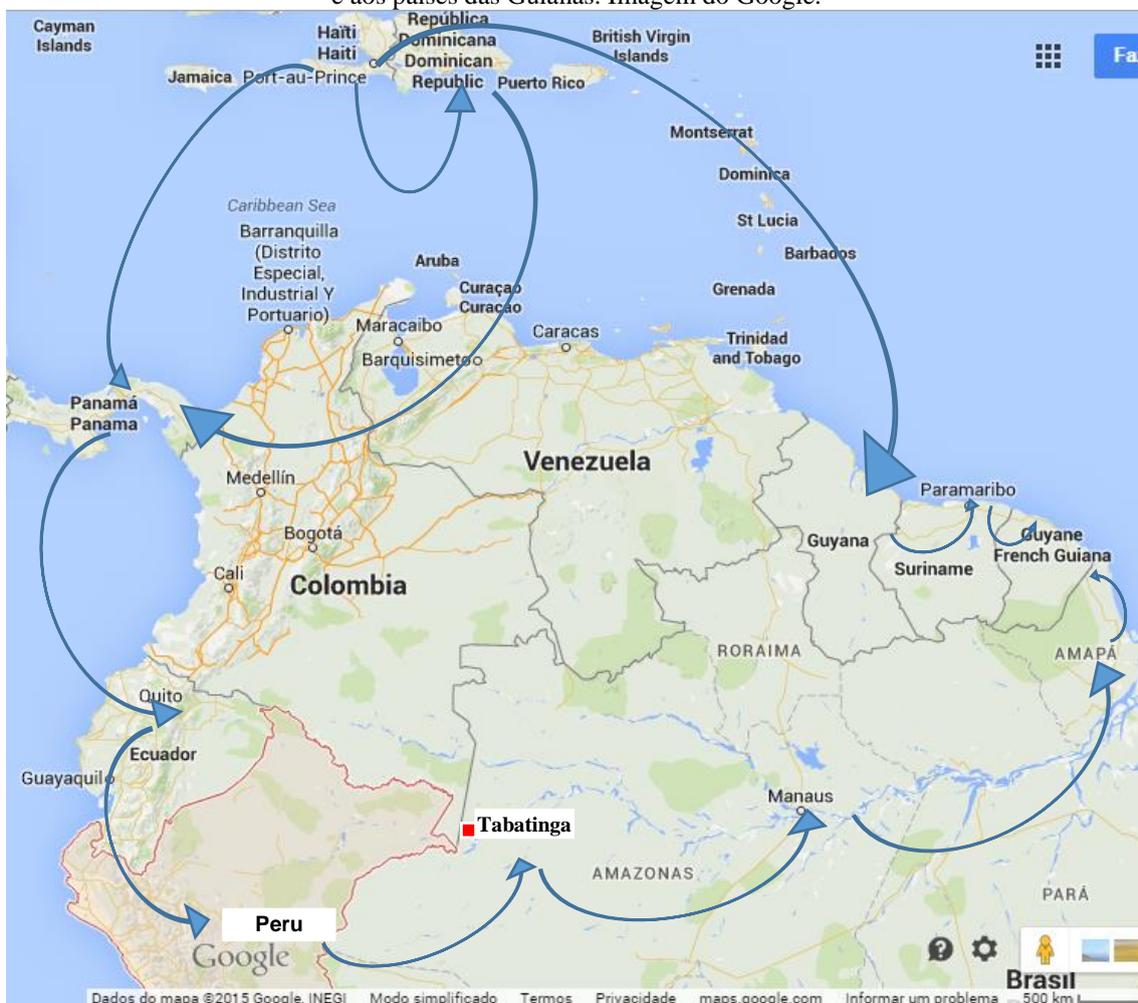
Acolheu o convite para pregar em várias Igrejas Evangélicas em Cayenne. Na época da pesquisa, queria construir a sua própria Igreja, mas não tinha ainda o local.

Foi a partir de 1990 que as Igrejas protestantes dirigidas por haitianos começaram a surgir significativamente no panorama religioso da Guiana Francesa, sendo frequentadas quase exclusivamente por fiéis desta nacionalidade. Os cultos eram celebrados em créole, eventualmente com algumas palavras em francês. Algumas representavam uma extensão da localidade de procedência no Haiti ou de um conjunto de famílias (LAËTHIER, 2011a).

<sup>8</sup> “*Raketè* é uma categoria usada no Haiti que não está restrita ao campo da migração e da mobilidade. Serve para denominar qualquer pessoa que cobre dinheiro de outra para efetuar vários tipos de transação. Geralmente, *raketè* é considerado um esperto que usa vários mecanismos e artimanhas para lucrar na informalidade ou até indevidamente. O *raketè* que agencia a viagem é, por vezes, um familiar, um amigo ou um desconhecido” (JOSEPH, 2015a, p. 171).

A trajetória do Pastor iluminou os diferentes circuitos das mobilidades haitianas, entre aqueles que passavam pela Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (de 2010 a 2013). Para alcançar o Departamento ultramarino francês, a maioria ia de barco até Manaus; de lá pegava outro para Santarém; dali seguia, também de barco, até Macapá e depois, de ônibus (12 horas) até Oiapoque (Mapa 1). Os chegados nessa época à fronteira Brasil-França, Oiapoque e Saint Georges recebiam um visto na Polícia de Imigração por alguns dias, seguindo de ônibus para Cayenne, onde solicitavam asilo e refúgio na *Préfecture*. Já no início de 2011, o Governo já não concedia esse visto aos haitianos, o que provocou uma mudança no circuito para se chegar até Cayenne: de balsa, saíam de Oiapoque para alcançar a Guiana Francesa.<sup>9</sup>

**Mapa 1:** As flechas indicam as rotas da mobilidade haitiana em direção a Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, e aos países das Guianas. Imagem do Google.



<sup>9</sup> Quando eu estava em Cayenne, na noite de 28 de abril de 2013, uma balsa afundou no mar a 15km dali. Transportava 25 passageiros (entre haitianos, dominicanos e brasileiros) indocumentados de Oiapoque à capital da Guiana Francesa. Dez pessoas de uma mesma família haitiana morreram, entre irmãos e primos. Na época, o Governo francês foi criticado pela sociedade civil e instituições que trabalhavam em prol dos Direitos Humanos, que acusavam as políticas restritivas de controle das fronteiras que forçavam as pessoas a optar pelas rotas informais.

Diferente de Pastor, Emmanuel já tinha alguns conhecidos na Guiana Francesa com quem convivera na sua primeira viagem a Grand Turck. Estes lhe passaram informações como chegar à Guiana. Comprou passagem de ônibus, de Chile passou pela Argentina para rumar à Guiana Francesa. Chegando à fronteira brasileira com Argentina, em Uruguaiana, pediu informação para um taxista que o levou à rodoviária, embarcando num ônibus até São Paulo e, de lá pegou outro ônibus até Belém. Depois seguiu de barco à Macapá; de ônibus a Oiapoque e de balsa atravessou para alcançar Saint Georges (Guiana Francesa). Nesta última cidade, recebeu um visto que lhe permitiu ir legalmente a Cayenne. Foi nessa época, meses depois do terremoto que o Governo francês parou de deportar haitianos do local e também liberou visto àqueles chegados em Saint Georges e Saint-Laurent-du-Marroni para circular legalmente na Guiana Francesa.

Emmanuel realizou o trajeto do Chile à Guiana Francesa em aproximadamente 15 dias, pulando de cidade a cidade, de país a país, dormindo nos ônibus, táxis e barcos. Logo ao chegar ao Departamento ultramarino, em abril de 2010, acabou o dinheiro levado para a viagem, gasto com transporte e alimentação durante o percurso. Em Saint Georges, ao pegar a van para ir a Cayenne, encontrou uma compatriota que conheceu na ocasião em que estivera nas Bahamas. Foi na casa dela que se hospedou os três primeiros meses passado na Guiana Francesa. Trabalhou por sete meses como segurança, ganhando cerca de 1.200 euros mensais. Em seguida, com outro compatriota, fez frete, pelos quais recebia 500 euros mensais. Depois disso, fez alguns serviços na construção civil com Frantz e James, seus companheiros de casa no Chile<sup>10</sup>, além da ajuda de 300 euros mensais recebida do governo francês.

Emmanuel conheceu uma haitiana que já vivia há nove anos na Guiana Francesa. Começaram uma relação amorosa e, depois de alguns meses, ela o convidou para morarem juntos. Quando conheci Emmanuel em Cayenne, ele residia com ela, com Frantz e James. Já estava há dois anos no apartamento. Quando chegava um conhecido deles na Guiana Francesa, eles colocavam um colchão na sala para alojá-lo por algum tempo até que arrumasse um lugar para ficar. A namorada de Emmanuel pagava 550 euros de aluguel. Os três homens ajudavam na compra de alimentos com o dinheiro recebido pela solicitação de refúgio e, também, quando faziam algum “bico”.

Na ocasião da pesquisa, Emmanuel já dizia não querer ficar na Guiana Francesa, tinha intenção de ir a Paris. Esperava pelo *titre de séjour*, o documento de identidade dos estrangeiros, para poder viajar. Do seu ponto de vista, dentre os países que conheceu, o Chile era aquele que melhor tratava o migrante, no que diz respeito aos Direitos Humanos, à moradia etc. Por outro lado,

---

<sup>10</sup> De acordo com os dados do INSEE, a taxa de atividade dos haitianos é estimada em 74,3% e a de desemprego em 59,4% (INSEE, 2006). Os haitianos são considerados um dos grupos de estrangeiros que mais trabalha e, também, aquele que tem maior número de desempregados.

ele acreditava em Grand Turck e Bahamas eram os lugares onde as políticas migratórias eram as mais restritas e nos quais os haitianos eram mais discriminados, não por serem pretos, já que em ambos os lugares a população é tão preta quanto a haitiana, e sim, pela origem social e pela nacionalidade.

As diversas redes migratórias acionadas pelos migrantes podem constituir um conjunto de normas socioeconômicas que governam a mobilidade, representando, ao mesmo tempo, uma pedra angular para a acolhida material, emocional e a permanência dos recém-chegados, pois através delas podem empregar-se ou regularizar sua situação.

### Papéis e documentos

Como foi possível observar na trajetória de Pastor e Emmanuel, entre os haitianos chegados a partir de 2010, a maioria solicitava refúgio na Guiana Francesa. Quando Emmanuel chegou à Cayenne, foi rapidamente entregar a cópia do seu passaporte. Os agentes verificaram o carimbo de saída do último país pelo qual passou antes de chegar à Guiana Francesa, isto é, o Brasil. Mais tarde, voltou ao local a fim de receber um caderno para preencher com seus dados pessoais, familiares (especialmente filhos, cônjuges, irmãos e irmãs), informações referentes ao percurso realizado para alcançar o Departamento ultramarino, além do endereço de onde estava alojado.

Nesse caderno, havia dois temas que Emmanuel deveria escolher para explicar seu pedido de refúgio. Sua “história” deveria tratar de uma perseguição sofrida no Haiti. Essa parte era uma das mais importantes porque interferia diretamente no deferimento ou não do pedido de refúgio, devendo versar sobre uma perseguição política, religiosa, de nacionalidade ou étnica. Emmanuel deveria demonstrar três dimensões importantes no seu pedido: o perigo, a ameaça e a ameaça constante. Ou seja, o perigo de morte que ele corria no Haiti, provando as diversas ameaças que recebera e que ainda continuava a receber, mesmo estando na Guiana Francesa.

Quando Emmanuel entregou o caderno, ele foi revisado pelos agentes da *Préfecture*. Ele o recebeu de volta com um endereço para que fosse enviado ao setor administrativo em Guadalupe. Exigiram que ele realizasse alguns exames médicos na Cruz Vermelha e, sobretudo, que se vacinasse. Mais tarde, ele recebeu um *récepissé*, um protocolo da solicitação de refúgio que legalizava sua situação no território até o despacho final do processo. Enquanto aguardava a decisão final, renovava a cada três meses o referido documento.

Após essa primeira etapa, o setor de asilo do *Office Français de l'Immigration et de l'Integration* (L'OFII) ajudava os solicitantes a conseguir alojamentos financiados pelo Governo. Não foi o caso de Emmanuel, que já estava alojado na casa da amiga que conhecera nas Bahamas.

Geralmente, a maioria não conseguia vaga no refúgio (com somente 40 vagas). Após quatro meses, o L'OFII realizou uma entrevista com Emmanuel por meio de uma conferência virtual com dois agentes, chamados de *Officier de Procetion* ligados ao *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (OFPRA).

Para realizar a entrevista, Emmanuel se apresentou à sede do OFPRA em Cayenne, e os agentes o entrevistaram por videoconferência desde Guadalupe. Tal dinâmica teve início em 2001. Antigamente, as entrevistas eram realizadas em Paris, e boa parte das pessoas aproveitava para ficar na França hexagonal. O conteúdo da entrevista baseava-se na história de vida narrada por Emmanuel naquele caderno. Às vezes, os agentes realizavam algumas investigações no Haiti para verificar a veracidade dos fatos narrados pelo solicitante. Quando o recurso é indeferido, a pessoa recebe uma ordem da *Préfecture* denominada *Obligation à Quitter le Territoire Français* (OQTF), isto é, a obrigação de deixar o território francês num prazo de um mês, caso contrário, o solicitante corre o risco de ser deportado.

Boa parte dos pedidos é indeferida pelo OFPRA.<sup>11</sup> De acordo com essa última instituição, em 2006, os haitianos constituíam os primeiros nacionais solicitantes de asilo político nos territórios franceses. De 2004 a 2005, respectivamente, 119 e 170 solicitações de refúgio foram realizados na Guiana Francesa. Em dezembro de 2005, o diretor geral do OFPRA declarou que 4.718 solicitantes haitianos entregaram a documentação na França, dos quais 3.348 em Guadalupe, 125 na Martinica e 173 na Guiana Francesa.

Em 2004 e 2005, dois quartos das solicitações haitianas na Guiana foram indeferidas. Entre 2004 a 2008, em todo o território francês, incluindo os departamentos ultramar, mais de 10.000 foram indeferidos (GISTI, 2006). No caso de Frantz, sua primeira solicitação havia sido indeferida, mas ele teve o direito ao *recours* (recurso) contra a decisão, por meio de uma carta destinada a *Cour Nationale du Droit d'Asile* (CNDA), criada pelo artigo 29 da lei de 20 de novembro de 2007. Nessa segunda fase, Frantz descreveu fatos mais recentes da perseguição que sofria mesmo estando fora do Haiti e também de ameaças por seus familiares próximos residentes no Haiti.

Quando o conheci, ele envidara a segunda tentativa, mas caso seu pedido fosse indeferido novamente, ele teria direito a uma terceira. O governo francês colocou à sua disposição um advogado para defendê-lo num julgamento diante da *Cour de Cassation Français*. Na ocasião em que estive em Caiena, entrevistei um funcionário do L'OFII para entender a lógica do processo, da documentação e dos papéis. Este funcionário me dizia que muitas histórias se repetiam, os fatos

---

<sup>11</sup> A entrevista levava em consideração a legislação do *Code de l'entrée des étrangers et du droit d'asile* (Código de entrada dos estrangeiros e do direito de asilo) na França para deferir ou não a solicitação de refúgio. Ver o conteúdo desse código em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070158>. Para saber mais do OFPRA ver, <http://www.ofpra.gouv.fr/> Acessado em: 3 de junho de 2014.

sendo narrados com os mesmos argumentos, por isso, boa parte dos pedidos não eram deferidos. Nas entrevistas, geralmente, alguns se contradiziam. Para aqueles que não falavam fluentemente francês, o OFII colocava à disposição um tradutor do créole ao francês. O mesmo se dava para os falantes do espanhol.

Em 2018, os haitianos foram a nacionalidade que mais solicitou refúgio nos departamentos ultramarinos, representando 74% na Guiana Francesa, 61% em Guadalupe e 80,5% na Martinica (OFPRA, 2018). Do ponto de vista etnográfico, o processo de pedido de refugiado e de asilo na Guiana Francesa era chamado pelos haitianos de *fè refijye*, literalmente “fazer refúgio” ou “fazer refugiado”. A expressão *fè refijye* permite entender uma das dinâmicas da mobilidade. Para quem não fosse casado com uma pessoa de nacionalidade francesa ou que não tivesse um filho com ela, ou não tivesse emprego com carteira assinada para solicitar um visto de trabalho ou um vínculo com uma instituição de ensino para pedir um visto de estudo, o *fè refijye* era uma alternativa para acessar o recurso financeiro disponibilizado pelo governo francês, para fixar-se (ainda que temporariamente) na Guiana Francesa e conseguir um *titre de séjour*. No entanto, nem todos os que recorriam ao “fazer refugiado” conseguiam o *titre de séjour*, porque nem sempre eram refugiados ou considerados como tal, por não possuírem ou não conseguirem sustentar – diante das autoridades francesas – uma história de perseguição política, religiosa, racial ou pela nacionalidade (de acordo com a Convenção de Genebra de 1951). No processo de solicitação de asilo, algumas instituições tinham um papel fundamental. Os haitianos as mobilizavam como recursos para regularizar sua situação no território francês.

Cruz Vermelha e Lacimade são duas instituições importantes no que diz respeito à acolhida e à inserção dos haitianos ao chegarem à Guiana Francesa. A primeira, por exemplo, disponibiliza seu endereço para que comprovem residência, nos formulários e no caderno da solicitação do refúgio e do asilo, com vistas a receber correspondências. A expressão em créole *bay adrès* ou em francês *domiciliation* (dar o endereço) era utilizada pelos haitianos para referir-se a isto.

Dentre os solicitantes de refúgio e de asilo, na época, alguns recebiam do governo francês um subsídio mensal de aproximadamente 300 euros (uma média de 11,20 euros por dia), chamado de *Allocation temporaire d'Attente* (ATA). Porém, para receber tal auxílio, era proibido ter vínculos empregatícios ou desenvolver qualquer atividade remunerada, o que nem sempre era respeitado, alguns fazendo “bicos” sem vínculos empregatícios, como no caso de Emmanuel.

Boa parte das pessoas que conheci durante o trabalho de campo recebia o *titre de séjour* na segunda tentativa, através do *recours*. Outros, quando recebiam o resultado negativo do recurso,

envidavam outras tentativas. Nesse cenário, atuava a instituição La Cimade,<sup>12</sup> desenvolvendo ações de solidariedade em prol dos migrantes, solicitantes de asilo e de refúgio. A instituição dividia os atendimentos em dois polos: permanência de asilo e permanência jurídica. O primeiro era direcionado ao atendimento dos solicitantes de asilos, auxiliando-os nos procedimentos de pedido de refúgio ou asilo. O segundo atendia qualquer migrante com dúvidas ou problemas relacionados à documentação, mas que não eram solicitantes de asilo ou refúgio.

La Cimade oferecia diversos serviços a essas pessoas: apoio jurídico, ajuda na elaboração dos recursos quando a solicitação de asilo ou refúgio era indeferida, bem como formação e promoção de direitos humanos. Além dessas atividades, a instituição atuava no *Centre de Rétention Administrative* (CRA), localizado no aeroporto Rochambeau, criado em 1995. A esse centro administrativo, eram levadas as pessoas detidas pela *Police d'Administration Frontalière* (PAF), em condições irregulares e indocumentadas no território francês. Geralmente, as pessoas que haviam iniciado um processo de regularização eram liberadas, os demais recebendo uma ordem da *Préfecture* para serem deportados em 24 horas<sup>13</sup>. Para tanto, uma investigação administrativa era realizada mediante o serviço do Escritório dos Estrangeiros da *Préfecture*, para verificar se a pessoa possuía um dossiê de regularização em andamento.

Na ocasião da pesquisa, os dados de La Cimade sugeriam que três de cada cinco pessoas detidas na condição indocumentados eram haitianos. Alguns eram deportados, outros recebiam ajuda dos funcionários da instituição La Cimade atuava no CRA e na assistência jurídica, tentando impedir que as pessoas fossem deportadas. As atividades da Cruz Vermelha e da La Cimade eram financiadas pelos recursos do governo francês por meio de editais públicos.

Contudo, muitos daqueles que partiam do Haiti sem saber quando voltariam, procuravam obter a cidadania francesa na Guiana Francesa ou no Suriname porque, uma vez naturalizado, em geral conseguia-se facilmente “mandar buscar” os que haviam ficado no Haiti por meio do processo burocrático de “reunião familiar”. Por isso, com o tempo, alguns dos viajantes optavam pela naturalização para facilitar os trâmites da “entrada” dos familiares.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes ver, <http://www.lacimade.org/regions/outre-mer>. Acessado em: 19 de maio de 2020. Trata-se de uma associação nacional com representatividade nos Departamentos ultramar francês (Guiana Francesa, Guadalupe, Reunião etc). A instituição existe na Guiana Francesa desde 2005, tendo sido criada em 1939 com foco nos direitos das populações migrantes, de refugiados e de exilados. A associação organiza anualmente um festival conhecido como “Migrantes em cena”.

<sup>13</sup> Os haitianos deportados da Guiana Francesa saem do aeroporto de Cayenne, fazem escala na Martinica antes de ir para o Haiti, por vezes alguns conseguem permanecer em situação indocumentada nesse último Departamento Ultramarino. Os que possuem visto brasileiro, geralmente são deportados para o Brasil, são encaminhados de carro na fronteira, na cidade de Oiapoque.

<sup>14</sup> Ver Coutin (2003) para o debate sobre a naturalização. O autor analisou vários processos de naturalização de estrangeiros nos Estados Unidos. Na maioria das vezes, o migrante opta pela nacionalização para facilitar e a obtenção

Os documentos associados aos vistos eram diferentes em cada país. No Brasil, o almejado pelos haitianos era o “protocolo”, que garantia o visto permanente por cinco anos e dava acesso à carteira de trabalho. No Suriname, era o “toelating”, um visto de residência a ser renovado cada um ou dois anos para em seguida se pleitear o “vesteging”, visto permanente, que não precisaria ser renovado. Na Guiana Francesa, era o “titre de séjour”, por um ano renovável (ou não) e, em seguida, por dez anos. Este documento dava acesso à França hexagonal e a toda a União Europeia. Alguns migrantes, ao receberem a confirmação da obtenção do *titre de séjour*, já começavam a preparação da viagem para Paris, particularmente os que possuíam redes de famílias e amigos na capital francesa.

Do ponto de vista etnográfico, a questão dos documentos e papéis ultrapassa as dimensões administrativas e jurídicas. Ela compreende as relações que se constroem e os sentidos que elas produzem e interroga sobre os modos de governar a mobilidade, mas também, as práticas constitutivas das trajetórias dos viajantes nos espaços sociais.

Era comum encontrar em Caiena alguns haitianos com mais de um desses documentos. Muitos tinham protocolos da Polícia Federal brasileira, caso de Jimmy que, apesar de estar em Cayenne e possuir um *récepissé*, voltava de seis em seis meses a Macapá, capital do estado de Amapá (Brasil) para renová-lo. Dentre os que passavam pelo Suriname, vários possuíam o *toelating* e o *titre de séjour* francês. Obter mais de um documento de países distintos significava a possibilidade de mais deslocamentos. Esse dado etnográfico converge com as ideias de Coutin (2003), segundo as quais o estatuto legal em um ou mais países de residência pode facilitar a circulação internacional.

O fato de ter mais de um documento também permitia aos haitianos trabalhar alguns meses no Brasil e o restante do tempo na Guiana Francesa, ou transitar entre o Suriname e este último país. Outros ficavam por alguns meses na Guiana ou no Suriname e depois seguiam para Paris, saindo da Europa novamente por ocasião do inverno. Essa prática não era exclusiva dos haitianos. Alguns brasileiros que encontrei na Guiana Francesa também passavam uma parte do ano trabalhando na Guiana Francesa e outra no Brasil, especialmente os que trabalhavam no setor comercial e no garimpo. No Haiti também é possível encontrar residentes no Canadá e nos Estados Unidos que retornaram anualmente ao país, especialmente no período invernal. Essas passagens de um território a outro correspondem ao *saber-circular* para além das fronteiras nacionais.

As pessoas detentoras de vários papéis, documentos ou passaportes trazem à tona a complexidade das políticas e leis migratórias que não permitem a dupla nacionalidade ou cidadania.

---

de documentos, adquirindo relativa liberdade de circulação internacional e, ao mesmo tempo, facilitando o trânsito das famílias.

Trata-se de um fenômeno cada vez mais comum nessa era global de novos migrantes, transmigrantes, pessoas em mobilidade e diásporas. Essas dinâmicas provocam novas reflexões sobre as políticas migratórias dos Estados-nação, bem como das fronteiras nacionais.

### Onde estavam os haitianos na Guiana Francesa?

A maioria dos haitianos que cruzei na Guiana Francesa e no Suriname era originária do sul e sudeste do país, de locais como Aquin, Fonds-des-Nègres, Fonds-des-Blancs, Jacmel, Côtes-de-Fer, La Colline, Léogane, Les Cayes, Saint Louis du Sud e Miragoâne. Havia um pequeno grupo nascido ou antigo residente das regiões do Oeste e Centro do país, notadamente Port-au-Prince. Havia algumas pessoas de Cap-haitien e Croix-des-Bouquets. Eram poucos os oriundos do norte do país, tendo em vista que a mobilidade dos haitianos do norte é mais orientada para a República Dominicana, Porto Rico, Cuba, Martinica, Guadalupe, Bahamas, Grand Turck, França, Canadá e Estados Unidos, particularmente Miami, Nova York e Nova Jersey. Cabe salientar que os haitianos do sul também se dirigem a esses últimos lugares.

A maioria dos residentes na Guiana Francesa vinha do interior do Haiti, em sua maioria agricultores, trabalhando nas plantações e na criação de animais. Ao indagar o que explicaria o fato de uma pessoa do interior, que nunca havia saído do próprio país decidir realizar a viagem para o Brasil e/ou para a Guiana Francesa, eu recebia com um sorriso a seguinte resposta (porque a mobilidade faz parte da vida das pessoas que vêem o ato de se deslocar como algo natural): “Você sabe que os haitianos adoram partir” (*ou konnen ayisien renmen pati*). A mobilidade aparecia como constitutiva da trajetória de vida das pessoas e de seus horizontes de possibilidades (JOSEPH, 2015b e 2019a).

Do ponto de vista dos que chegaram ao país nas décadas de 1960, 1970 e 1980, era mais fácil conseguir o documento da Guiana Francesa, bastando procurar um empregador para solicitar um visto de trabalho. Nos dias de hoje, é mais difícil regularizar a situação no país, dentre outros fatores, pela quantidade de haitianos que chegaram ao local, solicitando asilo e refúgio, baseados em histórias similares e repetitivas, do ponto de vista dos agentes estatais, sem provas consistentes da condição de refugiado.

As novas gerações de haitianos concentram-se em lugares distintos na Guiana Francesa, particularmente nas cidades de Macouria, Matoury, Kourou e Saint-Laurent-du-Marroni, mas é na capital, Cayenne, que a maioria se instala. As primeiras gerações chegadas ao país, em geral, se estabeleciam em Macouria, Eau Lisette, Bonhomme e Balata, o que explicaria a expressiva quantidade de residentes mais velhos (de 60 a 90 anos) nesses locais. Do ponto de vista dos meus

interlocutores, quem saía do Suriname para alcançar a cidade de Cayenne, chegava primeiro a Macouria ou Balata e, por essa razão, boa parte já ficava nessas localidades, devido à proximidade das plantações de cana-de-açúcar nas quais trabalhavam.

Porém, tanto os haitianos como as pessoas de outras nacionalidades – particularmente do Suriname, do Brasil e da República da Guiana, chamavam Cogneau Lamirande de *Cité haitien* (City haitiano), *ti Ayiti* (pequeno Haiti). Atualmente, a maioria dos chegados a partir de 2010 reside nesse local, além de outros bairros e cidades, por já possuírem redes familiares e de amizades pré-existentes. Mesmo aqueles sem laços familiares eram recebidos pelos compatriotas por razões de solidariedade, tal como observado na história de vida de Pastor. Cogneau Lamirande é considerado um dos bairros mais periféricos na Guiana Francesa. A concentração de haitianos em Cogneau não só reflete a situação de pobreza que boa parte vivencia no local, mas também simboliza a sua marginalização.

Por mais que não se possa falar na existência de um gueto haitiano em Cayenne, esse espaço geográfico é de fato associado a esta nacionalidade, e eles próprios consideram Cogneau como o espaço mais representativo de suas identidades no local. Várias razões são utilizadas para sustentar este argumento: a concentração espacial e a visibilidade haitiana; a solidariedade comunitária e de vizinhos; a reprodução das tradições e do modo de vida haitiano; a onipresença do uso do créole haitiano e das práticas do vodu; a presença de Igrejas e comércios tipicamente haitiana (LAËTHIER, 2011a).

O fato de Cogneau ser chamado “ti Ayiti” faz lembrar que essa forma de denominar bairros de migrantes é própria do universo norte-americano (little Italy, little China, little Havana etc). Em Miami, na década de 1980, um perímetro da cidade onde havia uma forte concentração haitiana foi batizado de “Little Haiti”. Assim, os “ti Ayiti” do planeta dialogam com a diáspora norte-americana, que é uma das mais centrais.

Essa qualificação dos lugares a partir de uma referência nacional não é nova nos Estados Unidos, inscrevendo-se numa longa tradição histórica. Cédric Audebert (2008) mostra nos seus trabalhos que, ao longo do século XX, as correntes migratórias sucessivas de migrantes poloneses ou judeus russos em Chicago; de italianos em Nova York e Chicago; de chineses em Los Angeles e São Francisco eram denominadas por topônimos: Little Italy, Little Odessa, Chinatown. A qualificação étnica e nacional de uma população pelos poderes públicos permite o acesso coletivo a um conjunto de recursos e infraestruturas públicas, favorecendo a inserção social da população migrante. Ao mesmo tempo, favorece a integração participativa do grupo em um contexto no qual a mobilização política se opera sobre base étnica e nacional. Nos dois casos, a apropriação territorial constitui uma etapa essencial do reconhecimento institucional do grupo e pode eventualmente

ganhar a forma de identificação toponímica. Esses espaços qualificados com os topônimos dos lugares de origem, também contribuem para a manutenção das redes, permitindo a chegada de novos migrantes, familiares, amigos e conhecidos.

### Os haitianos no Suriname – Paramaribo

Faz oito anos que moro e trabalho aqui (Jarikaba em Paramaribo). Fiquei três meses e sete dias preso aqui quando cheguei, porque tive um problema no aeroporto. Foi uma pessoa chamada Luke (um *raketè*) que organizou a viagem para mim. Não era só eu, éramos doze. Entreguei o meu passaporte para solicitar o visto, mas ele me deu outro passaporte para viajar. Quando cheguei ao aeroporto aqui (em Paramaribo), fui colocar o carimbo de entrada, daí me pegaram. Ele (*raketè*) baixou a minha idade, me deu um passaporte de uma pessoa que tinha 25 anos, foi aí que me pegaram. A foto do passaporte também não era a minha. O policial olhou, viu que não era eu, daí me disse que eu estava preso. Eu não sabia a língua (holandesa), não conseguia falar nada. Todos os doze ficamos presos. Na prisão, eu chorava porque pensava nos dez filhos (três homens e sete mulheres) que tenho com três mulheres no Haiti. Depois dos três meses e sete dias, me libertaram, consegui o visto permanente e logo comecei a trabalhar em Jarikaba. Agora posso ir ao Haiti e voltar (Tifre, abril de 2013, Jarikaba/Paramaribo).

Tifre chegou em 2005 a Paramaribo. Como vimos acima, viajou com passaporte de outra pessoa. Essa prática era comum no local desde a década de 1990 e chamada de *dekolaj*, no universo haitiano, uma espécie de falsificação de documentos de viagem, a utilização de passaporte de outrem, de preferência com características semelhantes. Não era exclusiva dessa região, também sendo utilizada para as viagens aos Estados Unidos, à França e ao Canadá.

Segundo os meus interlocutores em Paramaribo, algumas das pessoas que utilizavam *dekolaj*, ao chegarem ao aeroporto, eram chamados pelo nome que estava registrado no passaporte e não respondiam. Ao serem indagados sobre seus nomes, diziam o verdadeiro e não aquele que estava no documento da viagem. Esses acontecimentos eram frequentes e, por essa razão, aumentou o controle nos aeroportos.

Durante o trabalho de campo em Paramaribo, estabeleci uma relação mais forte com Dodo, nascido em 1945 na cidade de Léogane, no sul do Haiti, morador desde 1978 no local, fundador e Presidente da Organização dos Haitianos no Suriname (OHS), criada em 1990. Ele possuía quatro irmãos e três irmãs, alguns residindo em Paris e outros no Haiti. Segundo ele, o quadro social, econômico e político do Haiti na época da ditadura de Baby Doc, Jean Claude Duvalier (3 de julho de 1951 – 4 de outubro de 2014) contribuiu em muito para a sua decisão de deixar o país. Ele estivera em 1974 em Guadalupe, depois seguira para Curaçao em 1978, de lá para o Suriname e finalmente para Cayenne. Nesse último lugar, Dodo permaneceu por duas semanas. Devido às

dificuldades encontradas para conseguir documentos do Departamento ultramarino, desistiu e regressou ao Suriname.

A história de Dodo em Guadalupe começou quando conheceu um surinamês que o incentivou a seguir para um novo destino. Desde a sua chegada ao país em 1978 – três anos após a independência do Suriname, em 25 de novembro de 1975, ele trabalhou na empresa *Fyffes* até 2002 (inglesa), em seguida, ela mudou de proprietário e de nome: *Stichting Behoud Bananen Sector* (SBBS), dedicada a plantar, cultivar e exportar banana para a União Europeia. Na SBBS, trabalhavam 350 haitianos, que em 1985, passaram a ser mais de 800. Para muitos, a SBBS era a primeira oportunidade de emprego formal, ela permitia permanecer no Suriname e abria a oportunidade de obtenção de um visto permanente. Para outros, era também um lugar de passagem, permitindo juntar dinheiro e seguir viagem ou voltar para a Guiana Francesa. De fato, em Caiena, conheci haitianos que passaram pelo Suriname e haviam trabalhado na SBBS.

Os primeiros haitianos chegaram ao Suriname em 1977, um ano antes de Dodo. Dois anos depois da independência do país, algumas empresas que cultivavam e exportavam cana-de-açúcar enviavam representantes para recrutar a mão de obra haitiana no país caribenho, em seguida, também à Ilha de São Martinho, ao nordeste das Antilhas. Quando o conheci, Dodo era responsável pelos compatriotas na SBBS, tratando dos assuntos burocráticos relacionados ao processo de solicitação de visto, da carteira assinada, da distribuição de salários e da seleção de novos empregados haitianos. Acompanhei o seu trabalho no *Ministerie van Justitie en Politie* (Ministério da Justiça e Polícia), encaminhando a documentação dos compatriotas para solicitar o visto permanente e a residência definitiva no Suriname.

Ao mencionar o nome de Dodo em Paramaribo ou em Cayenne, entre os passantes pelo Suriname, dificilmente, algum não o conhecia. Casado, morava com sua esposa e era pai de seis filhos, três homens e três mulheres, alguns residentes em Guadalupe, outros na Guiana Francesa e em Paris. Falava fluentemente o holandês, aprendido na convivência diária. Na SBBS, ajudava também como intérprete, particularmente para os recém-chegados. Era pastor, integrante da Congregação Cristã de Suriname desde 1996. Já estivera em várias ocasiões no Brasil em seminários de formação promovidos pela sua Congregação. Naturalizou-se surinamês em 2000.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> A Constituição haitiana de 1987 não permite a dupla nacionalidade. No Haiti, do ponto de vista da lei, a pessoa naturalizada não poderia participar da vida política plena do país: votar, candidatar-se a determinados cargos políticos, ser nomeado ministro etc. Segundo a Constituição do dia 10 de março de 1987, o seu Art.11 diz o seguinte: “Possui a nacionalidade haitiana de origem, todo indivíduo nascido de um pai haitiano ou de uma mãe haitiana, sendo eles também nascidos haitianos e não tenham renunciado a sua nacionalidade por ocasião do nascimento” (ACHILLE, 2007, p. 21). Mais adiante, a referida Constituição estipula: “Que a nacionalidade haitiana se perde pela naturalização adquirida num país estrangeiro (Art. 13.1), e repete, que a nacionalidade de origem se perde pela renúncia (Arts. 91.1; 96.1; 135.1; 157.1; 200-5.1)” (idem, p. 25). Nesse sentido, a “perda” da nacionalidade haitiana se exprime através de dois termos diferentes, mas expressando a mesma ideia, utilizados como sinônimos. Eles são destacados e sublinhados

Minha ida a Paramaribo coincidiu com a viagem do ex-Presidente do Haiti Joseph Michel Martelly entre 22 a 24 de março de 2013, na ocasião, presidente do CARICOM.<sup>16</sup> Seu vice-presidente era o Presidente da República do Suriname. Esse evento foi uma maneira do governo haitiano manter os laços com a diáspora haitiana no Suriname e, ao mesmo tempo, estreitar laços diplomáticos com esse país. Dodo foi uma das pessoas que mobilizou a vinda e a reunião de Martelly com os haitianos na SBSS, evento que se tornou imediatamente um marco da história haitiana no Suriname: houve mais de 2.000 haitianos estiveram presentes, culminando com a criação do primeiro consulado do Haiti no país.

Na SBSS, em Jarikaba, cada setor tinha uma responsabilidade: plantar e cuidar das bananas, cortá-las, limpá-las, organizá-las em lotes e depois colocá-las em caixas para serem exportadas. As atividades eram organizadas por gênero: boa parte dos homens realizava as primeiras atividades, enquanto as mulheres limpavam, cortavam e organizavam as bananas em caixas.

Alguns dos que viviam fora do centro da cidade possuíam *jaden* – uma espécie de horta – em suas casas nas quais cultivavam batatas, bananas, mandiocas, berinjelas etc. Essa atividade era masculina, mas nada impedia que as mulheres ajudassem também. Para eles, a atividade agrícola remetia a um saber-fazer praticado quando residiam no Haiti. A origem rural da maioria das pessoas era utilizada para provar a capacidade de domesticar o espaço, construindo seus *jaden*, utilizando os conhecimentos e as experiências adquiridas no Haiti. No entanto, dois registros podem ser ressaltados. O primeiro é a origem rural de boa parte das pessoas é, por vezes, articulada a determinados estereótipos depreciativos. Num outro registro, a força de trabalho e o conhecimento do setor agrícola eram acionados por eles e reconhecidos pelos outros (haitianos provindos do meio urbano, incluindo outros nacionais) como um valor.

Os produtos cultivados eram vendidos no mercado central de Paramaribo, mas também consistiam a base da alimentação familiar, como explicitado por Maud Laëthier nos seus trabalhos com os haitianos no Suriname e na Guiana Francesa:

A atividade comercial em Paramaribo se conecta com as redes econômicas transfronteiriças construídas por outros migrantes em situação regular instalados no Suriname ou na Guiana

---

na própria Constituição, “naturalização” e “renúncia”. Mas, essa ideia deve ser nuançada, porque pode haver diferenças entre o que diz a lei e as práticas reais, notadamente no Haiti. A partir de junho de 2012, o atual Presidente Michel Martelly promulgou uma emenda constitucional, concedendo o direito à dupla nacionalidade, podendo ter mais de um passaporte, além de votar e concorrer a diversas funções eleitorais (JOSEPH, 2015b, p. 56-57).

<sup>16</sup> A CARICOM, antiga Comunidade Caribenha e Mercado Comum, e atual Comunidade do Caribe. Os países membros são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago. Ela foi criada em 1973 para consolidar um bloco de cooperação econômica e política no Caribe. Em 1998, iniciaram as negociações para integrar o Haiti como membro do CARICOM, o que ocorreu em julho de 2002, traduzindo sua eventual participação no *Caribbean Community Single Market e Economy* (CSME) que tem por objetivo a livre circulação de bens, capitais e de pessoas.

Francesa. De Paramaribo a Saint-Laurent-du-Maroni, na Guiana Francesa, mas também, de Paramaribo a Caracas e, às vezes, de Caracas a Miami passando por Port-au-Prince, esses comerciantes, através das fronteiras, criam um sistema comercial que reproduz estratégias conhecidas no Haiti (2011b, p. 5).

Para além dos produtos agrícolas, a autora mostra que há uma rede de comerciantes e vendedoras (*machann*) haitianas que compram produtos fabricados no Suriname para vender na Guiana Francesa. Ao retornarem, compram outros objetos (roupas, sapatos, produtos cosméticos) ali encontrados para revender em Paramaribo. São as chamadas *revandè* (revendedoras) (LAËTHIER, 2015).

No mercado de Paramaribo, um grupo de homens costumava chegar a partir das três horas da manhã para vender os produtos acomodados em sacos e, em seguida, pegava o ônibus para trabalhar na SBBS. Outros cultivavam seus legumes em casa, e as esposas vendiam no mercado. As vendedoras sem recursos financeiros compravam os produtos de seus compatriotas, vendiam-nos e depois os reembolsavam.

Boa parte das mulheres vendedoras no mercado já havia trabalhado na SBBS. Algumas consideravam o trabalho em Jarikaba muito duro e, por isso, depois de alguns anos, preferiam vender no mercado. Utilizavam o dinheiro ganho e economizado na SBBS para comprar e vender batatas, bananas, mandiocas, cenouras, pimentas, gengibre, berinjela e legumes no Mercado Central. Neste mesmo local compravam em grandes quantidades, geralmente em sacos para vender por lotes ou quilos.

Na feira, as comerciantes falavam entre elas em créole haitiano e, com os clientes estrangeiros, em crioulo surinamês, *sranan tongo* e *taki taki* (CARLIN; LÉGLISE; MIGGE e FAT, 2015). Além desse idioma, alguns usavam o holandês, língua oficial do país. Como a maioria daqueles que conheci não havia estudado, algumas aprenderam o idioma local no mercado, conversando com os clientes ou quando trabalharam na SBBS em Jarikaba.

### **A travessia Suriname e Guiana Francesa**

Há algumas décadas, a política migratória francesa tornou-se cada vez mais restritiva. Como explica Cédric Audebert (2012) em seus trabalhos sobre a diáspora haitiana, até os anos de 1970, o governo francês incentivava a migração de trabalhadores devido às necessidades econômicas locais. Da descolonização à departamentalização em 1946, quando a Guiana Francesa passou de colônia a Departamento ultramarino, a política de povoamento constituiu-se como meta para uma economia

produtiva, tendo em vista a população, de aproximadamente 30.000 habitantes (atualmente estimados em 296.711).

Desde a crise econômica dos anos 1970, iniciou-se um controle dos fluxos migratórios. A solicitação do *titre de séjour* ficou condicionada à comprovação do vínculo empregatício com carteira assinada. A partir dessa época, diminuíram as regularizações das pessoas indocumentadas. Nessa mesma década, intensificaram-se as mobilidades haitianas em direção à Guiana Francesa, dentre outros fatores, devido ao aumento do controle dos agentes estatais em relação à chegada de haitianos nos Estados Unidos e no Canadá e o contexto de construção da base de lançamento de satélites da Agência Espacial Europeia no Centro Espacial Guianês em Kourou, no qual trabalhavam 300 haitianos.

Os chegados nesse período relatavam ser fácil conseguir um visto no consulado francês em Port-au-Prince: bastava pagar 4.000 francos (moeda oficial francesa na época), referente a uma *caution* (uma fiança) a fim de justificar as condições econômicas para se manter no local. Esse valor era devolvido aos viajantes com juros aproximadamente duas décadas mais tarde. Tal mobilidade era organizada pelos responsáveis das viagens aéreas em direção à Guiana Francesa.

Os chegados nas décadas de 1980 e 1990 já não conseguiam vistos tão facilmente como anteriormente, e alguns enviavam seus passaportes para algum membro da família ou *raketè* no Suriname. Ao conseguirem o visto surinamês, seguiam para lá e, após alcançar a cidade fronteiriça de Albina, atravessavam de balsa o rio Saint-Laurent-du-Maroni para ingressar em situação indocumentada na segunda cidade mais populosa da Guiana: Saint-Laurent-du-Maroni. Como bem mostra Laëthier: “Os universos sociais e territoriais atravessados no Suriname e na Guiana Francesa nos levarão ao caminho do que poderia ser designado de ‘campos de mobilidade’ produzida pela apropriação de práticas territoriais e pela criação de representações” (2015, p. 231).

Entre 1982 a 1986, triplicou o número de haitianos na Guiana. Os aspectos políticos no contexto do regime ditatorial de Jean Claude Duvalier iluminam, do ponto de vista conjuntural, a dinâmica dessa intensificação das mobilidades. Esse crescimento não se restringiu apenas ao Departamento ultramarino, ocorrendo também em outras partes do mundo. Em 1986, com o exílio de Jean Claude em Paris e o início da guerra civil no Suriname, as mobilidades haitianas decresceram na Guiana, além do uso dos dispositivos nacionais franceses de controle e de restrição de novas entradas pelo rio Saint-Laurent-du-Maroni. Desse modo, a mobilidade constituía uma resposta às condições sociopolíticas, revelando a situação dramática e aguda vivenciada no Haiti.

Na travessia pelo Suriname, várias pessoas perderam a vida, atirando-se na água e se afogando, ao perceberem o controle policial no Rio Saint-Laurent-du-Maroni. Outros eram

interceptados e conduzidos à fronteira para regressarem ao Haiti.<sup>17</sup> Os que conseguiam passar pela floresta, alcançavam Caiena. Mas, para tanto, deveriam escapar do posto de controle dos agentes estatais, criado em 1986 na Comuna Iracoubo, entre Saint-Laurent-du-Marroni e Cayenne, localizado a 180km do primeiro e a 70 do segundo. Nos últimos anos, diversos acordos foram estabelecidos entre os governos francês e surinamês para restringir novas chegadas de haitianos. O mais recente, em 2019, foi o projeto de criação de um Centro de Cooperação Policial em Saint-Laurent-du-Marroni com o objetivo de controlar a mobilidade desses migrantes na região.

Há um duplo nível na relação entre migração e fronteira. Se, por um lado, os migrantes desafiam as fronteiras geopolíticas, por outro, a fronteira como barreira, como desencontro, também é desafiadora. Nesse sentido, o migrante não é um ser para a fronteira, e sim um ser para além da fronteira. Por isso, ele é considerado um intruso, aquele que pula, circula, desvela e decifra a fronteira, a ela atribuindo sentidos e significados. Não há dúvida de que a região fronteira constitui um espaço marcado pela presença de um limite geopolítico, mas são as interações de seus habitantes que estruturam e hierarquizam o espaço. A região fronteira não é uma realidade independente da atuação cotidiana de seus habitantes. A partir da mobilidade, a fronteira que era vista como obstáculo pode ser substituída pela fronteira como oportunidade para as pessoas que nela habitam ou transitam.

Num outro plano, na década de 1980, inicialmente, a República da Guiana representava uma etapa na trajetória dos migrantes haitianos para alcançar o Suriname e a Guiana Francesa. Devido às questões linguísticas e as diferenças culturais, poucos ficaram no país e, por essa razão o quantitativo de haitianos ali é bem menor do que na Guiana Francesa ou no Suriname. Porém, alguns haitianos são professores no país, outros estudam medicina, por exemplo. Alguns atuam nas redes comerciais e pentecostais. É comum missionários haitianos e pastores viajarem anualmente para Georgetown para realizar atividades em congregações religiosas. Como observado na trajetória de Pastor na Guiana Francesa, de Dodo no Suriname, e de tantos outros interlocutores, as comunidades pentecostais haitianas também fazem parte das redes migratórias. Mais do que um espaço para professar a fé, são por vezes acionadas para financiar as viagens dos fiéis, ou conseguir emprego no local de residência. Tanto na Guiana Francesa quanto no Suriname e no Brasil, as comunidades haitianas possuem as suas próprias Igrejas, a maioria possui pastores haitianos, geralmente os cultos sendo celebrados em créole, uma forma de manter os laços com o Haiti, mesmo estando longe fisicamente.

---

<sup>17</sup> Entre o fim de 2005 e o início de 2006, foram estimadas em 5.039 as pessoas reconduzidas à fronteira do Suriname, totalizando 9.700 em 2006 (GISTI, p. 206).

Desde que o Suriname fechou seu Consulado no Haiti, aumentou drasticamente a chegada de haitianos na República da Guiana. O fato de ambos os países fazerem parte da CARICOM, faz com que os cidadãos haitianos não precisem de visto, o que facilita seu ingresso no país e uma instalação temporária de até seis meses. Segundo os dados oficiais do Ministério da Cidadania e Imigração, entre 2013 e 2019, aproximadamente 16 mil haitianos chegaram ao aeroporto de Georgetown, mas 8 mil saíram do país. Em 2019, 50 haitianos chegavam por dia na Capital.<sup>18</sup> Os familiares e amigos já instalados no local iam até o aeroporto acolher os recém-chegados, homens, mulheres e crianças, que desembolsaram entre US\$ 2.000 e 4.000 para realizar a viagem. Dentre eles, alguns permaneciam uns poucos dias no local, pegavam um micro-ônibus e seguiam viagem, passando pela fronteira Lethem para ingressar ao Brasil pelo estado de Roraima. Outros atravessavam o rio Courantyne em catraias (barcos pequenos) para chegar ao Suriname, ou o Rio Saint-Laurent-du-Maroni para chegar à Guiana Francesa. Outros ainda optaram por permanecer em Georgetown, principalmente os que possuíam familiares e amigos no local.

No mesmo período em que o país registrou a chegada de um número maior de cubanos e de venezuelanos do que de haitianos, esses últimos ocuparam as manchetes dos principais jornais locais. Autoridades dos partidos de oposição buscaram chamar a atenção da população, usando o quantitativo de haitianos chegados ao país para acusar e criticar o governo, utilizando argumentos segundo os quais eles eram vítimas de uma rede de tráfico de pessoas, e ainda assim, lhe era concedida cidadania para votar nas eleições. Tais discursos ganharam espaço nos principais meios de comunicação, como Guyana Times e Kaieteur News, contribuindo para os ataques com base nos supostos riscos que sua presença poderia representar para a saúde pública como potenciais transmissores do cólera e de doenças transmissíveis como o HIV, do ponto de vista de alguns atores e agências. Contextos e conjunturas ajudam a descrever um cenário no qual uma série de ações e narrativas contribuíram para diversos discursos políticos, midiáticos e acadêmicos, revelando o preconceito e a xenofobia contra os migrantes haitianos. Ao analisar essas narrativas, é interessante observar que há uma politização das dinâmicas migratórias haitianas construídas como um “problema” governamental (FOUCAUT, 1994; VIEIRA, 2017). Se, por um lado, havia um discurso humanitário em relação aos venezuelanos, em sua maioria mestiços e brancos, que deveriam ser acolhidos em face da situação política e econômica atravessada pelo país vizinho – além do fetiche em relação às mulheres venezuelanas, como padrões de beleza – por outro lado, ganhava força também um discurso nacionalista, com caráter xenofóbico e racista, visto que os haitianos, negros,

---

<sup>18</sup> Para mais detalhes ver, <https://haitiantimes.com/2019/08/06/haitian-influx-create-hysteria-in-guyana-brazil-and-suriname/>; <https://www.kaieteurnews.com/2019/08/03/guyana-is-indeed-a-gateway-for-haitians-221-arrive-in-3-days-none-left/>. Acessado em: 17 de maio de 2020.

eram considerados indesejáveis, representando uma ameaça à nação. Tais discursos ocorreram no mesmo período em que tanto a Venezuela quanto o Haiti passavam por crises socioeconômicas e políticas, esse último país por conta da corrupção, da impunidade, do PetroCaribe (uma aliança em matéria petrolífera entre alguns países do Caribe com a Venezuela), da inflação (de aproximadamente 20%), do aumento desenfreado do preço da gasolina, dos alimentos, da desvalorização da moeda haitiana (gourdes) em relação ao dólar americano – tendo perdido a metade do seu valor nos últimos cinco anos – da desvalorização do salário mínimo, além das mortes (34) e das pessoas feridas (102) durante as manifestações, da violência e do uso da força pelo governo para manter a hegemonia política e o poder.

Do ponto de vista dos haitianos, a República da Guiana era o menos desejável entre os destinos nas Guianas, por razões econômicas, culturais, linguísticas, e por ser o lugar onde, em geral, possuem menos redes familiares. Contudo, a diversidade econômica, cultural e linguística dos países das Guianas é marcada por hierarquias e diferenciações locais específicas que, por sua vez, são reproduzidas no universo dos migrantes haitianos, inclusive daqueles residentes no país, particularmente entre as gerações mais antigas e as mais novas, originários das zonas rurais do Haiti e da Capital (JOSEPH, 2019b). Entre os residentes na Guiana Francesa, alguns sentem-se superiores em relação aos seus compatriotas residentes no Suriname, na República da Guiana e no Brasil, devido ao salário vantajoso que recebem em euro. Em 2020, o salário mínimo na Guiana Francesa era estimado a € 1.500, no Suriname em \$ SRD 2.434 (€ 299,92), na República da Guiana em \$ GYD 78.101 (€ 345,43) e no Brasil em R\$ 1.045 (€ 280,00).

Contudo, alguns preferiam a vida mais movimentada de Paramaribo, onde há mais opção de lazer. Por isso, para os que possuem *titre de séjour* e uma estabilidade econômica, é comum cruzarem o Rio Saint-Laurent-du-Maroni aos finais de semana para aproveitar a vida noturna e os passeios nesta cidade. Se por um lado, alguns haitianos residentes no Brasil sonham rumar para a Guiana Francesa, por conta dos salários atrativos em euros e como uma etapa para chegar a Paris, para tornar-se uma pessoa diáspora,<sup>19</sup> por outro lado, entre os que se encontram em situação indocumentada na Guiana Francesa vivenciando a precariedade no local, alguns decidem ir para o Brasil. De seu ponto de vista, neste último país a regularização e a obtenção de um emprego são

<sup>19</sup> “No cotidiano, ele é utilizado como substantivo e adjetivo para qualificar e designar pessoas, objetos, dinheiro, casas e ações, como nas expressões: “Meu sonho é ser diáspora” (*Rèv mwen se pou m dyaspora*), “Diáspora, como você vai?” (*Dyaspora, ki jan ou ye?*), “Isso é roupa diáspora” (*Sa se rad dyaspora*), “Tenho dinheiro diáspora” (*Mwen gen lajan dyaspora*), “Essa é uma casa diáspora” (*Sa se yon kay dyaspora*), “Você age como diáspora” (*Ou ajitan kou dyaspora*), “Você não é qualquer um, é uma pessoa diáspora” (*Ou pa nenpòt ki, ou se yon moun dyaspora*), entre outras” (JOSEPH, 2019, p. 233). “Diáspora é, ao mesmo tempo, um substantivo, um adjetivo e um verbo. O termo é empregado em diversas formas com distintas conotações: ser diáspora, ter objetos diáspora, fazer coisa de diáspora” (Idem, p. 234).

mais fáceis, além da liberdade de poderem andar livremente pelas ruas, sem a pressão da PAF da Guiana Francesa, correndo o risco de serem deportados para o Haiti.

O sistema migratório haitiano nas Guianas é constituído por locais centrais como Guiana Francesa e Brasil e por locais marginais como República da Guiana e Suriname, que correspondem à sua posição dentro de hierarquias geopolíticas globais e regionais. Como observado, tal argumento merece ser problematizado, uma vez que alguns espaços são demarcados como centrais, do ponto de vista econômico, e marginais do ponto de vista da documentação, ou ainda centrais, cultural e linguisticamente, porém marginais do ponto de vista da vida social e de lazer.

### **Diferenças entre gerações**

Os dados etnográficos permitem analisar algumas singularidades entre os haitianos que, depois de passar pelo Brasil, seguiram para o Suriname e para Guiana Francesa e aqueles que há tempo residem nesses lugares. Em seu conjunto, os dados sugerem que os chegados a partir de 2010 possuem grau de escolaridade mais alto em relação aos chegados entre 1960 a 1990. Boa parte dos meus interlocutores já tinha o ensino médio completo ou incompleto, outros ainda já haviam ingressado num curso superior.

Essa nova geração de haitianos chegados à Guiana Francesa orientou-se não para o setor da agricultura como ocorrido com as primeiras gerações, mas sim, para os centros urbanos, nas atividades ligadas ao comércio, no setor de segurança, bem como na construção civil. Nesse sentido, a economia urbana cria os novos eixos de absorção da mão de obra dos haitianos no local.

No caso das mulheres, entre as dedicadas ao comércio em Cayenne, algumas eram autônomas, tendo seu próprio negócio, e outras vendiam para seus compatriotas, ganhando (semanal ou mensalmente) pelo serviço. Boa parte delas vendia no mercado de Cayenne produtos de diferentes naturezas, a maioria típica do Haiti, temperos, comidas e bebidas (rum, licores etc.), mas também produtos artesanais, pintura típica haitiana. A maioria dos produtos era confeccionada pelos próprios vendedores, outros comprados de compatriotas residentes na Guiana Francesa ou trazidos do Haiti.

As diferenças entre os chegados antes e depois de 2010 eram notáveis e salientadas pelos guianenses e pelos estrangeiros residentes na Guiana Francesa, indicando mudanças de comportamento e de linguagem entre as diferentes gerações. Entre os primeiros, a maioria falava somente créole. Alguns, até hoje, quando vão aos estabelecimentos públicos em que se fala francês, precisavam da ajuda de um tradutor. A maioria dos chegados a partir de 2010, falava créole e

francês. Além dessas duas línguas, alguns se expressam em espanhol e/ou inglês. Ademais, a maneira de se vestir também é um sinal de distinção entre as diferentes gerações.

As mais novas possuem o hábito de usar joias, roupas novas e de marca, enquanto para as primeiras, isto não parecia uma prioridade. Eles estavam mais interessados em economizar para mandar dinheiro para o Haiti, e lá comprar bens, casas, terras, criar animais etc. isto não significa, contudo, que os mais novos também não pensavam nessas obrigações. Do ponto de vista dos interlocutores mais antigos, os recém-chegados não eram considerados exemplares, sobretudo no que diz respeito ao comportamento: eles “se metiam em qualquer coisa” (*Yo fè nenpòt bagay*) e “não escutavam os mais velhos” (*Yo pa tande ansyen yo*). Alguns deles criaram suas *baz* (incluindo gangues) como lugar de encontro com os amigos e conhecidos.

### Considerações finais

A análise proposta aqui abarca as dinâmicas locais, nacionais, regionais e globais, permitindo analisar criticamente os estudos migratórios haitianos, cujas abordagens tratam das especificações geográficas no Caribe ou nas Guianas, através de segmentações. As experiências migratórias haitianas situam as Guianas como campo migratório de chegada, de residência, de saída, de trânsito e de retorno. Tanto os lugares de chegadas quanto os de partida são múltiplos e diversos, o que pretendem dar conta as noções de “multipolaridade da migração” e da “interpolaridade das relações” de pessoas, objetos, moedas que se desenham e se apoiam sobre as redes de solidariedade familiares e comunitárias, de interesses econômicos e frequentemente políticos convergentes.

As trajetórias dos migrantes evidenciam as diversidades geográficas e as mudanças geopolíticas e econômicas ocorridas ao longo de cinco décadas. É importante salientar que a migração haitiana sugere um duplo nível que merece atenção: o fato de as políticas migratórias reagirem em função das práticas de mobilidade dos haitianos e vice-versa. Há uma relação entre a maneira pela qual os governos pensam as políticas migratórias e o modo pelo qual os haitianos em mobilidade criam os seus mecanismos e as suas práticas para facilitar a circulação.

Contudo, as configurações das mobilidades haitianas num plano global, às quais o Brasil se integrou com mais intensidade recentemente, permitem uma crítica etnograficamente embasada das teorias migratórias que sustentavam a unilateralidade dos fluxos migratórios entre os “polos do sul” (países pobres) em direção aos “polos do norte” (países ricos, desenvolvidos) ou as relações binárias instauradas, inicialmente, entre os países colonizados e os seus antigos colonizadores. Tais configurações também colocam em xeque alguns critérios utilizados nos estudos clássicos, como a

ideia de que a migração somente se desenvolve quando há laços históricos entre o país fornecedor e o receptor, além do conhecimento da língua do país de destino, ou alguma familiaridade com a cultura desse lugar, como é o caso entre o Haiti e a Guiana Francesa. Entre os haitianos no Brasil, no Suriname e na República da Guiana, apesar da diferença linguística, muitos decidiram permanecer nesses países, por considerá-los “abertos”, ou seja, com maiores facilidades para se regularizar a situação. As expressões utilizadas por meus interlocutores: “O Brasil está aberto”, “O Suriname está fechado” relacionam-se à facilidade de se chegar e ingressar no Brasil, e as restrições para se ingressar no Suriname na época da pesquisa, além das novas oportunidades de trabalho no Brasil: o fato de, na ocasião, o país representar a sexta economia mundial. Na Guiana Francesa, como foi possível observar nas trajetórias de Emmanuel e Pastor, é mais difícil regularizar a situação ou se inserir no mercado de trabalho. No caso do Suriname e da República da Guiana, há uma facilidade de ingresso, porém, do ponto de vista dos meus interlocutores, o salário mínimo é muito baixo, não permitindo o envio de dinheiro para os familiares que ficam no Haiti, um dos objetivos de boa parte dos migrantes.

Assim, as novas configurações da mobilidade em escalas supranacionais constituem-se sob a forma da abertura das fronteiras nacionais, fenômeno que coloca em pauta um discurso Internacional sobre essas circulações. Ao mesmo tempo em que parece ser mais fácil sair do lugar de origem, torna-se mais difícil ingressar em alguns países, havendo uma espécie de governança global da circulação das pessoas. Tais globalizações inscrevem-se num registro contraditório. Os Estados diminuem e controlam a quantidade de vistos emitidos e aumentam o número de agentes estatais nas fronteiras para o policiamento, os mecanismos e os sistemas de segurança. Nesse sentido, constituem um regime global de controle da mobilidade, tendo em vista o custo socioeconômico da migração. A contradição reside também no fato de que, paralelamente à ausência da governança mundial das migrações e da livre circulação das pessoas, há um incremento do fluxo da circulação de bens, capitais, informação e serviços. Talvez esse paradoxo nunca seja tão evidente quanto no período de crises econômicas mundiais e de desemprego.

## Referências

ACHILLE, Théodore E. *Les Haïtiens et la double nationalité*. Montréal: Editions du Marais, 2007.

AUDEBERT, Cédric. Acteurs et enjeux de la néotoponymie des territoires ethniques des grandes métropoles aux Etats-Unis: l'exemple de Miami. *L'Espace Politique*. Vol. 5, n° 2, 2008. Disponível em: [URL:http://espacepolitique.revues.org/257](http://espacepolitique.revues.org/257). Acessado em: 22 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. *La diaspora haïtienne: Territoires migratoires et réseaux transnationaux*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

CARLIN, Eithne B; LÉGLISE, Isabelle; MIGGE, Bettina e FAT, Paul B. Tjon. *In and Out of Suriname. Language, Movility and Identity*. Caribbean Series, vol. 34. Brill: Boston, 2015.

COUTIN, S. B. Citizenship, activism and the State: cultural logics of belonging and movement. Transnationalism, naturalization, and U.S. Immigrants politics. *American Ethnologist*, vol. 30, n° 4, p. 508-526, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Tome IV. Paris: Gallimard, 1994.

GISTI (Groupe d'information et de soutien des immigrés). *Étrangers en Guyane, Guyane étrangère à son entourage*. Rapport non publié, 2006.

INSEE. *Atlas des populations immigrées en Guyane*, INSEE Antilles-Guyane, 2009.

JACKSON, Regine O. Introduction. Les espaces haïtiens: remapping the Geography of the Haitian diaspora. In: JACKSON, Regine O. *Geographies of the Haitian Diaspora*. New York: Routledge, p. 1-13, 2011.

JOSEPH, Handerson. *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: [https://www.academia.edu/15267521/Tese de doutorado Diaspora. As din%C3%A2micas da mobilidade haitiana no Brasil no Suriname e na Guiana Francesa?aut=download](https://www.academia.edu/15267521/Tese_de_doutorado_Diaspora._As_din%C3%A2micas_da_mobilidade_haitiana_no_Brasil_no_Suriname_e_na_Guiana_Francesa?aut=download). Acessado em: 20 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol. 21, n° 43, p. 51-78, 2015b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>. Acesado em: 20 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. *Périplos, Revista de Investigación sobre Migraciones*, vol. 1. n° 1, p. 7-26, 2017a. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/5866](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866). Acessado em: 18 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Diaspora, Circulation et Mobilité : Les jeunes haïtiens au Brésil. In: MARCELIN, Louis HERNES; CELA, Toni et DORVIL, Henri (Orgs.). *Les jeunes haïtiens dans les Amériques // Haitian Youth in the Americas*. Montréal, Presses de l'Université du Québec (PUQ), p. 173-204, 2017b.

\_\_\_\_\_. Diáspora. In: NEIBURG, Federico (Org), *Conversas Etnográficas haitianas*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens Edições, 229-249, 2019a.

\_\_\_\_\_. Mobilité transfrontalière haïtienne au Brésil: kongo, vyewo et dyaspora. In: BÉCHACQ, Dimitri, et al. (Org), *Les migrations et la Caraïbe: (Dés)ancrages, mouvements et contraintes*, Recherches Haïtiano-Antillaises, Paris, L'Harmattan, n° 8, p. 207-231, 2019b.

LAËTHIER, Maud. *Être migrant et haïtien en Guyane*. Paris: Éditions du comité des travaux historiques et scientifiques, 2011a.

\_\_\_\_\_. Le Surinam, passages vers la Guyane. D'un pays à l'autre dans la circulation migratoire

des Haïtiens. *Cahiers de l'Urmis*, 2011b. Disponível em: <http://urmis.revues.org/951>. Acessado em: 21 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. The role of Suriname in Haitian migration to French Guiana: Identities on the yhe move and border crossing. In: CARLIN, Eithne B, LÉGLISE, Isabelle, MIGGE, Bettina e FAT, Paul B. Tjon (Org). *In and Out of Suriname. Language, Movility and Identity*. Caribbean Series, vol. 34. Brill: Boston, p. 229-251, 2015.

Ma MUNG, Emmanuel. Dispositif économique et ressources spatiales: éléments d'une économie de diaspora. *Revue européenne des Migrations Internationales*, vol. 8, n° 3, p. 175-193, 1992.

MASSEY, Douglas S; ALARCÓN, Rafael; DURAND, Jorge; GONZÁLEZ, Humberto. *Return to Aztlan*. The social process of international migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1987.

MOULIER BOUTANG, Y e PAPADEMETRIOU, D. Comparative analysis of migration systems and their performance. In: OECD. *Migration and International Co-operation: Challenges for OECD Countries*. Paris, p. 3-33, 1993. Disponível em: [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD\(93\)13&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD(93)13&docLanguage=En). Acessado em: 27 de maio de 2020.

Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides (OFPRA). *A l'écoute du monde*, rapport d'activité 2018. Disponível em: <https://www.ofpra.gouv.fr/fr/1-ofpra/actualites/publication-du-rapport-d-activite-7>. Acessado em: 17 de maio de 2020.

PIANTONI, Frédéric. *L'enjeu migratoire en Guyane française*. Matoury, Guyane: Ibis Rouge Editions, 2009.

\_\_\_\_\_. *Migrants en Guyane*. Actes Sud/Musée des cultures guyanaises, 2011.

RICHMAN, Karen. *Migration and vodou*. Florida: University Press of Florida, 2005.

SIMON, Gildas. Réflexion sur la notion de champ migratoire international. Hommes et Terres du Nord, *Acte du colloque international Migrations Internes et Externes en Europe Occidentale*. Lille, 16, 17, 18 octobre 1980, numéro spécial, tome 1, p. 85-89, 1981.

\_\_\_\_\_. *Géodynamique de migrations internationales dans le monde*. Paris: Presses universitaires de France, 1995.

TARRIUS, Alain. *Les nouveaux cosmopolitismes*. Mobilités, identités, territoires. Édition de l'Aube, 2000.

VIEIRA, Rosa. O governo da mobilidade haitiana. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 23, p. 229-254, 2017.

WOODING, Bridget e MOSELEY-WILLIAMS, Richard. *Nécessaires mais indésirables*. Les immigrants haïtiens et leurs descendants en République Dominicaine. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2009.